

UNESCO e a diversidade cultural: breves aproximações¹

Suzana Cristina de Freitas ⁽²⁾ e
Maria Simone Jacomini Novak ⁽³⁾

Data de submissão: 12/5/2020. Data de aprovação: 3/7/2020.

Resumo – O objetivo deste trabalho é analisar o discurso da diversidade cultural presente nas publicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a partir dos anos 1990. Metodologicamente, o artigo pauta-se pela pesquisa bibliográfica e documental, além de empregar o método histórico-dialético e análise qualitativa. A partir dos anos 1990 muitos países, notadamente da América Latina e Caribe, concretizaram reformas educacionais. Este processo de remodelamento educacional ocorreu pelo viés de que a educação seria condição estratégica para a redução das desigualdades sociais e pobreza, cada vez mais latentes nestas localidades, por consequência da crise capitalista dos anos 1970. Documentos divulgados internacionalmente, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Princípios sobre a Tolerância (UNESCO, 1995), ficaram encarregados de disseminar um discurso sobre a importância da educação frente às novas demandas do século XX, como a construção de sujeitos adaptáveis e tolerantes. Conclui-se que, ao depositar na educação a responsabilidade de formar o homem/trabalhador tolerante, recaí sobre as questões de intolerância quanto à diversidade cultural o estigma de serem estas as grandes geradoras de guerras e desigualdades, cerceando, assim, da discussão as disparidades econômicas que assolam esses povos, as contradições do sistema capitalista, que são a raiz do problema.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Educação. Políticas Educacionais. UNESCO.

UNESCO and cultural diversity: brief approximations

Abstract – The objective of this work is to analyze the discourse of cultural diversity present in the publications of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), starting in the 1990s. Methodologically, the article is based on bibliographical and documentary research, in addition to apply the historical-dialectic method and qualitative analysis. Since the 1990s, many countries, notably in Latin America and the Caribbean, have implemented educational reforms. This educational remodeling process took place due to the fact that education would be a strategic condition for the reduction of social inequalities and poverty, which are increasingly latent in these locations, as a result of the capitalist crisis of the 1970s. Documents released internationally, such as the World Declaration on Education for All (UNESCO, 1990) and the Declaration of Principles on Tolerance (UNESCO, 1995), were charged with disseminating a discourse on the importance of education in the face of the new demands of the 20th century, such as the construction of adaptable and tolerant subjects. It is concluded that when placing the responsibility in education for the training of the tolerant man/worker, the issues of intolerance regarding cultural diversity fall on the stigma that these are the great generators of wars and inequalities, thus limiting the discussion of economic

¹ Artigo proveniente dos estudos do Programa de Iniciação Científica (PIC), realizado entre os anos de 2016/2017 e 2017/2018, na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - *Campus* de Paranavaí.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista do CNPq. *scf2091@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0186-9459>.

³ Professora do colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - *Campus* de Paranavaí. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). *maria.novak@unespar.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3820-6579>.

disparities that plague these peoples, the contradictions of the capitalist system, which are the root of the problem.

Keywords: UNESCO. Cultural Diversity. Education. Educational Policies.

Introdução

Este trabalho tem como escopo verificar o discurso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a partir dos anos de 1990, relativo a diversidade cultural e educação.

Percebe-se que na década de 1990 as publicações da UNESCO, provenientes de conferências, seminários e estudos encomendados, reverberaram nas políticas educativas da América Latina e Caribe, visto que esses países realizaram reformas educacionais com o enfoque voltado à temática da diversidade cultural.

Apesar do recorte temporal focado no artigo, ressalta-se que o contexto do período analisado é influenciado pelo colapso capitalista da década de 1970, em que a crise do petróleo e o esgotamento do modelo de produção em massa provocaram: “[...] reestruturação econômica e de reajustamento social e político. [...] No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. [...]” (HARVEY, 2008, p. 140).

Consequentemente, esta crise propiciou o aumento da pobreza e a exacerbação das contradições do capital. Nesse cenário a doutrina neoliberal conquistou espaço e passou a ser difundida como meio de saída da crise: “Houve em toda parte uma [...] acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar têm sido muitíssimo comuns”. (HARVEY, 2011, p. 12).

Pode ser aferido que a diversidade cultural no âmbito educacional se tornou uma temática frequentemente abordada nas publicações da UNESCO após a crise internacional do capital. Os documentos e conferências elaborados por esta organização passaram a destacar ações culturais e educacionais voltadas às chamadas minorias étnicas, mulheres, crianças, indígenas, negros e grupos que se encontram na faixa de pobreza, propondo sua inclusão em projetos de desenvolvimento com igualdade, mediante a educação, já que esta é difundida como o grande trunfo para a salvação das mazelas desses povos, sobretudo dos países em situação periférica como os da América Latina e Caribe.

Conforme Shiroma, Campos e Garcia (2005), os organismos internacionais, ao elaborarem seus documentos, não prescrevem apenas orientações, mas produzem um “discurso justificador”; abstrai-se de documentos da UNESCO, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Princípios sobre a Tolerância (1995), a utilização frequente dos preceitos da convivência pacífica entre os povos, a adoção de uma “cultura da paz”, de tolerância, vocábulos empregados como palavras-chaves com o intuito de legitimação das reformas propostas.

O Estado, enquanto agente que lança as práticas educativas do sistema escolar, passa a abordar tais considerações sobre a diversidade cultural e a convivência pacífica entre os diferentes. No Brasil, por exemplo, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, abordou assuntos referentes a grupos que por séculos ficaram silenciados dos debates acerca da sua escolarização.

Pode ser observado, ao fim, que tais políticas introduzidas, sob a alegação de que a educação deve ser dirigida a todos sem distinção, em verdade, com fundamentos neoliberais, o objeto seria de incutir veladamente mecanismos de conformidades, de coesão, para a reprodução social da desigualdade.

Materiais e métodos

Metodologicamente, este artigo pauta-se pela pesquisa bibliográfica e documental; também emprega o método histórico-dialético e a análise qualitativa.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em artigos científicos, livros, documentos impressos e disponíveis em meios eletrônicos. Ela está presente, geralmente, em quase toda investigação, pois é necessário sistematizar e conhecer o que já foi estudado, pesquisado, quais as contribuições de outros autores ao tema.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...]. (GIL, 2002, p. 45).

Em relação à pesquisa documental, é fundamental caracterizar o documento considerando as seguintes ações: observar quando e quem fez o documento, quantas partes ele tem (como é organizado), como ele trata o tema. Conforme Evangelista (2008), o trabalho do pesquisador ao examinar um documento de política educacional exige que este leia nas entrelinhas, observando aquilo que está escrito e oculto no texto:

A demanda de análise dos conceitos reiterados nos documentos dos principais órgãos estatais e organismos multilaterais, como Banco Mundial e UNESCO, de onde provêm orientações para a reforma educativa na virada do século, na América Latina e Caribe, sugere a identificação dos conceitos-chave em torno dos quais se estruturam, a identificação dos vocábulos ou expressões que os compõem. Ou seja, há uma teia conceitual nas fontes e ao selecioná-las é necessário explicitar os critérios pelos quais foram estas as escolhidas em detrimento de outras. Em razão da sua aparência é que se pode dizer, de modo genérico e irônico, que elas “mentem”. Há nelas mais do que o dito textualmente. O que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está. Ler nas entrelinhas parece recomendação supérflua, entretanto deve-se perguntar-lhe o que oculta e por que oculta: fazer sangrar a fonte. (EVANGELISTA, 2008, p. 10).

Portanto, analisar um documento educacional requer o cuidado de investigar o contexto em que foi elaborado, tanto social quanto cultural e econômico. Verificar finalidades explícitas e implícitas, logo, não se reduz a reescrever sua redação. Deste modo, o ofício do pesquisador exige a busca de indícios, sinais, mesmo que imperceptíveis, das intencionalidades que permeiam o documento.

Quanto à adoção do método histórico-dialético, esta opção se justifica porque esse método avalia que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, e a educação como processo histórico e cultural vai se modificando a cada período segundo as relações humanas estabelecidas em sociedade, adaptando-se a nova realidade. No que tange à análise dos dados, o artigo pautou-se pela abordagem qualitativa, pois ela proporciona atingir a essência do fenômeno pesquisado, buscando explicar as relações e os efeitos no meio social. (TRIVIÑOS, 1987).

Resultados e discussões

A criação da UNESCO advém num momento de bipolarização mundial e tensão com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste cenário de transformações, a educação, enquanto elemento oriundo das relações sociais, passa por mudanças e responde às demandas do período histórico.

[...] processar-se-á a construção de uma perspectiva de educação tecnicada, a ser enriquecida permanentemente pelos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. A noção de uma educação capaz de adequar-se aos progressos técnicos da civilização, à

medida que eles se concretizam, responder às exigências do progresso técnico e da produção por ele possibilitada. (EVANGELISTA, 2003, p. 40).

A UNESCO, como agência integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), torna-se responsável pela coordenação de conferências internacionais e regionais que discutem assuntos acerca da educação. Nestas conferências ela delinea a construção de modelos educacionais a serem seguidos por seus países signatários, desta forma atua: “[...] como uma instituição que fixa padrões, trabalha para tecer consensos universais sobre temas emergentes, constituindo-se em um fórum central disseminador, para a região latino-americana e caribenha, de princípios e orientações gerais para a educação”. (NOMA, 2010, p. 55).

Salienta-se que após a Segunda Guerra Mundial houve a criação⁴, pelo bloco capitalista, de instituições responsáveis por difundir uma política de paz mundial e estabilidade político-econômica. Organismos internacionais, além da UNESCO, como Banco Mundial e CEPAL, seguindo a lógica do sistema de mercado, tornaram-se responsáveis por políticas públicas de tolerância e respeito às diferenças culturais. (FAUSTINO; CARVALHO, 2015).

Nos anos 1990 muitos países da América Latina, como o Brasil, realizaram reformas na legislação educacional com o fim de alteração dos currículos e formação docente. Um exemplo marcante dessa influência internacional é a criação, em 1993, no governo Itamar Franco, do Plano Decenal de Educação para Todos, que atendia uma das reivindicações da Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien – Tailândia, de 1990.

Este processo de remodelamento educacional consolidou-se sob o viés de que a educação seria condição necessária e estratégica para a redução das desigualdades sociais e da pobreza, cada vez mais latentes num período de crise capitalista e avanço do neoliberalismo norteando as ações dos Estados.

UNESCO e a diversidade cultural

Para elucidar que a temática da diversidade cultural passou a ser mote central em diversas publicações da UNESCO, foi realizada uma investigação em seu *site*, em março de 2020, empregando diversidade cultural como palavra-chave, e o resultado desse levantamento apontou para a ocorrência de 336 documentos em português. Além disso, utilizando apenas a área educacional como enfoque de busca, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 1 – Quantidade de publicações da UNESCO em português que abordam a diversidade cultural nas áreas selecionadas

Temática	Quantidade de publicações
Educação intercultural	18
Cultura da paz	46
Formação de docentes	16
Política educacional	58
Total	133

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Após essa averiguação, optou-se por apresentar o enunciado de alguns⁵ documentos da UNESCO que deixam nítidos o viés da diversidade cultural enquanto temática norteadora em suas publicações voltadas à área educacional.

⁴ Algumas das principais agências internacionais além da UNESCO, como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foram criadas na década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

⁵ Cabe ressaltar que há uma quantidade vasta de publicações sobre o tema e, nos limites deste texto, a opção adotada foi selecionar os documentos que enunciavam enfaticamente o tema da diversidade cultural para a educação. A pesquisa foi realizada no *site*: <https://unesdoc.unesco.org/home>.

Quadro 1 – Publicações da UNESCO em português que abordam a diversidade cultural nas áreas selecionadas

Ano	Documentos UNESCO
1950	A Declaração das Raças
1978	Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem
1995	Declaração de princípios sobre a tolerância
1996	Educação: um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, Jacques Delors
1997	Nossa diversidade criadora. Relatório da Comissão Mundial de cultura e desenvolvimento, Pérez de Cuellar
2000-2001	Informa Mundial sobre a cultura: diversidade cultural, conflito e pluralismo
2002	Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural
2002	Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação
2002	Construindo um futuro comum: educando para a integração na diversidade
2004	Abrindo espaços: educação e cultura para a paz
2005	Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais e artísticas
2005	Ações afirmativas e combate ao racismo na América Latina
2006	Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais
2006	Diversidade na educação: como indicar as diferenças?
2006	Diversidade na educação: experiências de formação continuada de professores
2006	Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade
2007	Programa diversidade na Universidade e a construção de uma educação anti-racista
2008	Abrindo espaços: educação e cultura para a paz
2008	Paz, como se faz? Semeando cultura de paz nas escolas
2010	Informe mundial. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural.
2012	Ensino médio: proposições para inclusão e diversidade

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Dos dados apresentados, é possível considerar que, desde os seus primórdios, a UNESCO tem enfatizado os temas ligados a diversidade cultural, tolerância e cultura de paz, alinhados à educação, seja na formação de professores, seja no ensino superior, seja na educação básica.

A Constituição da UNESCO, elaborada em 1945, evidencia o projeto de estabelecer a educação enquanto protagonista na regulação social e, por meio desta, que as barreiras de desigualdades entre os povos fossem eliminadas. Além do mais, as publicações internacionais deveriam ser disseminadas e responsáveis para: “[...] avançar o ideal de igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social”. (UNESCO, 2002, p. 2).

Na década de 1950 a UNESCO focaliza suas discussões em torno da questão racial. A primeira publicação denominada Declaração das Raças, de 18 de julho de 1950, aponta que a humanidade pertence apenas à espécie *Homo Sapiens*; delimita que as semelhanças entre os homens são maiores que suas diferenças, e esta distinção se caracteriza mais por manifestações culturais do que biológicas. Destarte, observando a redação do artigo 14 este deixa implícito que a guerra que findou (Segunda Guerra Mundial) ocorreu por causas fúteis, ligadas ao preconceito e à intolerância quanto à diversidade dos povos. Este discurso acaba excluindo os interesses econômicos dos motivos que levam à guerra.

14 – Convém distinguir entre a “raça”, fato biológico, e o “mito da raça”. Na realidade, a “raça” é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; Ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis. Tem impedido o desenvolvimento normal de milhões de seres humanos e privado a civilização da colaboração efetiva de espíritos criadores. Ninguém deveria prevalecer de diferenças biológicas entre grupos étnicos

para praticar o ostracismo ou tomar medidas coletivas. O essencial é a unidade da humanidade, tanto do ponto de vista biológico como do ponto de vista social. Reconhecer esse fato e pautar a sua conduta por ele, tal é o dever primeiro do homem moderno. (UNESCO, 1950, p.8).

Neste período, estudos e pesquisas, encomendados pela UNESCO, foram realizados no Brasil, nas regiões Sudeste e Nordeste, já que internacionalmente tinha-se a visão que era um país que convivia em harmonia com sua diversidade étnica, principalmente com a população negra. No entanto, a sociedade brasileira estava em processo de expansão urbana, e o resultado destas pesquisas assinalou que o país não seria um local livre para a democracia racial, já que a população negra estava relegada às margens dessas transformações urbanas. (EVANGELISTA, 2003).

Após mais de duas décadas, em 1978, é publicada a Declaração sobre raça e os preconceitos raciais. Este documento frisava que o mundo estava passando por transformações no processo de descolonização, de tal modo que seria necessário recuperar a soberania dos povos, que antes vivendo sob a dominação do colonialismo, nesse momento, deviam ser respeitados quanto à sua autonomia.

É necessário analisar que estes preceitos visavam atender aos interesses do livre comércio e da expansão do capital para os diversos países, ou seja, esse respeito à diversidade ocultava a intencionalidade de adentrar nesses territórios como mercados consumidores e, ao mesmo tempo, fornecedores de mão de obra barata.

[...] o uso do poder estatal para transcender a barreira da organização do trabalho tem sido muito efetivo desde meados da década de 1970 em muitas partes do mundo. Outro método é facilitar, se não subsidiar, a mobilidade do capital para que ele possa se deslocar para onde haja condições de negócio mais vantajosas, incluindo oferta de trabalho e organização fraca do trabalho [...]. A competição interurbana, interregional e internacional por parte dos aparatos estatais por investimentos de capital tem um papel importante aqui. O Estado (local, regional ou nacional) se torna responsável por garantir o fornecimento de força de trabalho em quantidades e qualidades adequadas (incluindo formação profissional, treinamento e docilidade política) em relação à demanda de trabalho corporativo. (HARVEY, 2011, p. 60).

Nota-se que a ênfase na geração dos conflitos entre os povos é uma área abordada pela UNESCO desde seu surgimento, sendo atrelada a conflitos de preconceito e intolerância. Entretanto, a maior diferença entre os povos num sistema capitalista está associada às disparidades econômicas.

Diversidade cultural e educação: ênfase do discurso após 1990

A partir da década de 1990 há uma tendência nas ações estatais para a integração dos sujeitos diversos na educação; um exemplo é a modalidade da educação especial na rede regular de ensino, que recebe notoriedade após a Conferência de Jomtien, na qual é promulgada a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Jomtien – 1990”. O Brasil participa desta conferência, e não por acaso na elaboração e promulgação da Lei nº 9.394/1996 passou-se a abordar a educação especial. O Capítulo V desta importante lei educacional versa sobre assuntos reivindicados durante anos pelas pessoas com deficiência.

Nesse sentido, é interessante considerar que a inserção da educação especial na agenda das políticas educativas, naquele momento, tem uma relação com o fato de o Brasil ter sido signatário da Conferência Mundial Sobre Educação.

[...] As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo [...]. (UNESCO, 1990, p. 4).

Assim, passou-se a compreender ser imprescindível o acesso à educação para os indivíduos que tivessem qualquer tipo de deficiência. A Declaração de Jomtien objetivou

garantir o direito à educação especial e responsabilizar as autoridades dos países por essa tarefa. Dessa forma, ela impulsionou uma série de ações que trouxeram melhorias na educação especial do país, e ainda representa como as deliberações internacionais são referência para as políticas públicas e diretrizes educacionais.

Vale ressaltar que, em 1995, a UNESCO promulga a Declaração de Princípios sobre a Tolerância. Esse documento apresenta o significado da palavra tolerância e qual o papel do Estado ao divulgar a cultura de paz e harmonia, que deverá substituir a cultura de guerra.

[...] No campo da economia, no início do século XXI, os interesses expansionistas de mercado têm conduzido a uma nova forma de imperialismo, pautado particularmente no predomínio do capital financeiro [...] A ideia de tolerância para a paz tem sido revitalizada e difundida por organismos e organizações internacionais como uma estratégia de pacificação dos movimentos que explicitam a contradição e a incapacidade do sistema capitalista de conciliar acumulação com justiça social. (FAUSTINO; CARVALHO, 2015, p. 69).

O Estado, ao promover enfaticamente princípios de tolerância, apregoa a ideia de um sistema que aceita e integra todos. Nesta abordagem os problemas sociais são canalizados para as questões culturais e religiosas, e a intolerância expressaria as causas de violência, exclusão e desigualdades. No entanto, a palavra tolerância advém do latim *tolerare*, que significa "suportar" ou "aceitar"; nesse sentido, tolerância não constitui o reconhecimento da cultura do outro como diferente, no sentido de magnificente, conhecendo e reconhecendo esta pluralidade de culturas como riqueza. A diversidade seria simplesmente suportada para não causar conflitos, ou melhor, revoltas.

Pensar a diversidade como discurso significa compreender a diferença como algo que produz sentido pela forma discursiva. Sabemos que todas as diferenças são formas de classificação das coisas sociais em um determinado meio. Em outras palavras, que a diferença não está entre as coisas, mas nos sentidos que damos às coisas de forma a classificá-las e, assim, diferenciá-las. (NETTO, 2017, p. 45).

Convém aferir que a Declaração dos Princípios da Tolerância foi elaborada num contexto provocado pelas incertezas diante dos mercados flexíveis, dos contratos de curto prazo, do desemprego, isto é, das inseguranças crônicas da sociedade capitalista. Nesta conjuntura a retórica da diversidade cultural passa a ser cooptada pelo sistema capitalista; os sujeitos, ao identificarem-se com grupos, reivindicam aquilo que melhor atende as necessidades dos seus semelhantes, mas não pensando na sociedade como um todo. O capitalismo, ao integrar os indivíduos em unidades menores, consegue tornar uma luta, que seria por condições dignas a todos, em várias lutas unitárias, individualizando-as, fragmentando-as. Discute-se a diversidade/diferença de vários grupos, mas não a igualdade de todos.

O capital não criou esses movimentos, mas descobriu formas de explorá-los e manipulá-los, tanto para fraturar as até então importantes solidariedades de classe quanto para mercantilizar e canalizar as demandas afetivas e efetivas associadas a esses movimentos em nichos de mercado. [...]. (HARVEY, 2011, p. 110).

Segundo a retórica da UNESCO, coube à educação promover práticas de tolerância visando à construção da “cultura da paz” e à formação de sujeitos amoldáveis à nova realidade neoliberal, da sociedade do não trabalho e do “ausentismo” do Estado. É preciso, então, formar sujeitos que resolvam problemas sozinhos, que desenvolvam as competências e habilidades necessárias aos desafios do novo século.

[...] Cabe à educação a nobre tarefa de despertar em todos, segundo as tradições e convicções de cada um, respeitando inteiramente o pluralismo, esta elevação do pensamento e do espírito para o universal e para uma espécie de superação de si mesmo. [...] procura-se dar aos explorados e aos excluídos o suficiente para que sua condição concreta de vida não se tome generalizadamente insuportável e, por outro lado, busca-se difundir uma mentalidade de convivência pacífica, por meio da qual as desigualdades seriam identificadas com as diferenças, no intuito de enfraquecer

qualquer clamor por uma sociedade menos injusta e desigual. Por fim, é necessário, nessa ótica, difundir o ideal da participação colaborativa, construtiva, otimista, em oposição ao espírito pouco construtivo daqueles que criticam o projeto social atualmente hegemônico. (DUARTE, 2001, p. 74-75).

A educação proposta nos documentos analisados com foco na diversidade cultural apresenta uma concepção dissimulada de meritocracia, pois as condições de superação da pobreza são depositadas na educação e na convivência pacífica entre os diferentes.

Considerações finais

Os documentos da UNESCO abordados neste artigo são concebidos em um cenário econômico neoliberal, no qual a sociedade atravessava momentos de complexas transformações, crises e lutas. Apesar desta conjuntura, as publicações enfatizavam que o respeito às suas diversidades conduziria a uma convivência pacífica e justa, sendo incumbência da educação a construção desta cultura de paz.

Não se nega o papel determinante da educação em uma sociedade; todavia, existem lacunas presentes nesses documentos, como a questão econômica que não é discutida. Delegar apenas à educação e ao indivíduo as condições para minoração da pobreza é criar consensos sociais de que o ser individual seria o único responsável por seu sucesso ou fracasso.

Conclui-se que, ao depositar na educação a responsabilidade de formar o homem/trabalhador tolerante, recai sobre as questões de intolerância quanto à diversidade cultural o estigma de serem estas as grandes geradoras de guerras e desigualdades, cerceando, assim, da discussão as disparidades econômicas que assolam esses povos, as contradições do sistema capitalista, que são a raiz do problema.

Referências

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

EVANGELISTA, Ely G. dos Santos. **A UNESCO e o mundo da Cultura**. Brasília: UFG, 2003.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. **Caros Amigos**, [S.l.], ano XII, n. 136, julho. 2008.

FAUSTINO, Rosângela Célia; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Tolerância e diversidade: dos princípios liberais clássicos à política educacional dos anos 1990. **Revista Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 67-80, jul/dez. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, Michel Nicolau. A diferença do discurso da diversidade. **Contemporânea**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 39-61. jan./jun. 2017. Disponível em:
<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea>. Acesso em: 16 jan. 2020.

NOMA, Amélia Kimiko. UNESCO e educação no Brasil a partir da década de 1990: percursos de uma pesquisa coletiva. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional**, v. 5, n. 11, p. 54-73, set./dez. 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jan. 2005.
Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura** (1945). Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNESCO. **A Declaração das Raças da UNESCO** (1950). Disponível em:
www.achegas.net/numero/nove/decla_racas_09.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNESCO. **Declaração Sobre a Raça e os Preconceitos Raciais** (1978). Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/declaracao-sobre-a-raca-e-os-preconceitos-raciais.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien (1990). Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

UNESCO. **Declaração de princípios sobre a tolerância** (1995). Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjyqPWv7qzrAhVOnlkKHSIBb8QFjABegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.pucsp.br%2Fecopolitica%2Fdocumentos%2Ftolerancia%2Fdocs%2Fdeclaracao_de_princios_da_tolerancia_1995.pdf&usg=AOvVaw1jVdc7UNrlsD946ch5msbu. Acesso em: 16 jan. 2020.